



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6530 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT02 - História da Educação

UM GINÁSIO PARA BOM JARDIM – PE: DIÁLOGOS SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.

Marcio Alexandre da Cruz - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Adlene Silva Arantes - UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a história da educação em Pernambuco têm crescido nos últimos anos, suplementados por trabalhos sobre as políticas educacionais na formação de professores, análises de prédios escolares, e para além disso, na última década os estudos sobre cultura escolar vem ganhando o cenário dos trabalhos relacionados ao contexto da educação no nosso estado. Por outro, lado as abordagens acerca do alcance de políticas de ensino e a construção da História da Educação nas cidades do interior do estado carecem de tomar forma e corpo e contribuir para o entendimento dos avanços e retrocessos socioeducacionais de maneira geral. Trabalhos como o de Sellaró (2009), ao produzir um panorama sobre a educação neste estado na década de 1920-1930, construindo na sua narrativa valorosas observações acerca da cultura escolar, nos orienta entender como as influências sociais e políticas moldaram a educação nesse recorte de tempo de forma cabal para poder se estabelecer formas de controle, corroborando com Azevedo (2001), destacando que toda política educacional articula-se ao projeto social que está em curso ou se pretende implantar, tendo em vista que o modelo social e econômico em vigente exige aptidões e comportamentos específicos para sua aplicação..

Os contextos históricos, políticos e sociais sempre influenciam no modelo de educação que vamos ter. Assim, as várias fases da nossa educação, desde o império até a república multifacetam-se e imprimem em determinados momentos uma construção estritamente política. É sabido que entre 1937 e 1945 o Estado Novo construiu mecanismos para oferecer uma educação mais pautada no trabalho, tal era a proposta de Vargas, e para isso, houve a ampliação das possibilidades de acesso à educação que nesse período da história. Dos três níveis de ensino, o primário, secundário e superior ou terceiro grau, destacaremos o nível que foi entendido como entremeio, pois separava o ensino primário do superior, popularmente chamado de ensino secundário, que contava com um período de sete anos, destes quatro anos do curso ginásial e três anos do colegial. Para o acesso a este nível, as dificuldades eram enormes, pois, havia ausência das políticas de continuidade, e é nesta fase da história do Brasil que os movimentos sociais lutavam em diversos lugares do país, por políticas que possibilitassem a esses grupos o tão sonhado direito ao acesso educacional com a ampliação dos espaços escolares.

Nesse contexto, surge Campanha Nacional de Educandários Gratuitos no início na década de 1940, na perspectiva de diminuir os problemas de acesso à educação, com a ideia do “ginasiano pobre” voltado justamente para jovens que não tinham condições financeiras de se locomover e ingressar no curso ginásial. A ideia da CNEG cuja principal finalidade era fundar e manter educandários gratuitos no território nacional contribuindo para o progresso das causas de ensino no país, em que não se admitissem discriminações religiosas, raciais ou econômicas, e aceitavam o apoio do poder público, mas apelava principalmente para a iniciativa particular como elemento primordial das suas realizações (GOMES, 1965).

Atentos as discussões nacionais e cientes das dificuldades educacionais do município de Bom Jardim -PE, que até então, só contavam com escolas primárias públicas, e a Escola Normal Regional Santana, uma escola particular comandada pelas freiras beneditinas, exclusivamente para mulheres algumas em regime de internato. Membros da elite local, os irmãos Mario Souto Maior e Moacir Breno Souto Maior juntaram-se com outras lideranças educacionais locais e criaram a comissão municipal da C.N.E.G. para a implantação do Ginásio de Bom Jardim e integrá-lo de forma efetiva na Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, proporcionando assim melhores condições educativas aos jovens locais (SOUTO MAIOR, 1995).

Diante do exposto, objetivou-se compreender o contexto socio econômico e educacional nas décadas de 1950 e 1960 vivenciados no município de Bom Jardim que contribuiu para a criação da Comissão Municipal da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e, conseqüentemente, a fundação do Ginásio de Bom Jardim como tentativa para reduzir os graves problemas educacionais no município. Nos baseamos em autores como Azevedo (2001), Nora (1993), Benito (2017) Stephanou & Bastos (2011) entre outros para construir o alicerce necessário para o desenvolvimento das fontes históricas que estão sendo utilizadas na pesquisa, a saber: livros que registram a memória dos fundadores tanto da CNEG e ao Ginásio de Bom Jardim, depoimentos de ex-alunos e ex-professores do Ginásio, cartas encaminhadas para diversas pessoas “de posses” solicitando apoio para a criação do Ginásio que foram encontradas no arquivo escolar e documentos oficiais da época.

Sendo assim, a opção pela metodologia da história oral, busca-se preservar a originalidade perceptiva do sujeito diante de cada momento vivido e através das narrativas que possibilitarão o entendimento da história da educação ginásial pública no município de Bom Jardim – PE, sendo uma possibilidade de (re)construção dos registros com o auxílio desses sujeitos, de modo que o interesse seja de preservar a memória destes no tocante a escrita da história da educação municipal, colocando um novo olhar sobre: onde, como, quando e por que essas políticas foram executadas. É válido salientar mais especificamente sobre a história oral, as análises de Meihy (2002), que destaca a história oral temática, tendo em vista que ela permite articular diálogo com outras fontes de coleta e documentos em geral além de possibilitar a interpretação dos acontecimentos passados e a relação com o presente compreendendo os fatos que estão presentes na atualidade e a análise documental possibilita a sistematização das informações de modo a criar um conjunto de dados sincronizados de descrição algumas vezes detalhada.

2 CONTEXTOS SOCIO-POLÍTICOS NAS DÉCADAS DE 1950 E 1960

Marcado por intensas transformações políticas, as décadas de 1950 e 1960 retratam um período de ebulição econômica e social e a educação sentiu as transformações desse processo. Antes desse período porém, vale destacar as ações do então ministro da educação e

saúde Gustavo Capanema (1934-1945), que apesar de toda a turbulência, serviram para “jogar luz” e tirar a educação da lentidão que estava em épocas anteriores, colocando-a no direcionamento da sociedade que estavam almejando construir (FRAIZ, 2000).

É sabido que a educação sempre está envolvida com as relações de poder que consequentemente, reproduziam intenções políticas da época, como por exemplo, a busca de mão de obra para as indústrias que começavam a surgir, as escolas passaram a adotar procedimentos que valorizavam o conhecimento técnico, mas sempre voltados a manutenção das elites como dominantes em detrimento da classe trabalhadora.

No início da década de 1950, com o Brasil passando por um período democrático em que foram atendidos alguns anseios de vários setores da sociedade pelas campanhas educacionais.

Barroso Filho (2008) destaca as intempéries sobre a economia pernambucana, que antes se destacava e na década de 1950 enfrentava problemas e consequentemente, exigia-se uma nova postura na produção cultural, que perpassava pela educação e por sua vez, pela escola, exigindo adequações que serviriam para validar o novo conceito de sociedade que se pretendia implantar.

Na década de 1960, a ebulição mundial continua com grandes transformações; desde o final da Segunda Guerra Mundial, a bipolarização entre capitalistas e socialistas, representados pelos Estados Unidos e União Soviética respectivamente, cada um a seu modo corre em busca de hegemonia e poder. Essa situação colocou a América Latina no centro dessa disputa; os Estados Unidos, implantam programas de “cooperação” econômica e de desenvolvimento, dentre esses programas podemos citar a “Aliança para o Progresso” que esteve presente no Brasil e especialmente no interior do Nordeste, simbolizando o alinhamento do governo brasileiro com os norte-americanos (BANDEIRA, 2001).

A atuação da Aliança pelo Progresso extrapolava os aspectos meramente econômicos, ela se estendia pela reforma agrária, moradia, saúde e a educação, essa participação se dá inclusive na ascensão dos regimes autoritários.

No Brasil a década de 1960 também passa por um momento de efervescência política e social, com o fortalecimento dos sindicatos nos centros urbanos que despontavam como organizações líderes de grandes reivindicações sociais e no meio rural a consciência política também acarreta em formação das Ligas camponesas e sindicatos rurais, principalmente no Nordeste, que historicamente é marcado por períodos de lutas muitas vezes sangrentas, e constantemente ligado a objetivos socialistas e comunistas, fator esse usado como desculpa para justificar perseguições e opressões ao povo nordestino.(RODEGHERO, 2007)

No meio de toda essa ebulição política, os movimentos de educação popular atuaram de forma intensa em busca das políticas educacionais voltadas para as realidades locais, sendo esses movimentos responsáveis pela conscientização das massas atuando na educação de base onde se buscava incorporar o trabalhador que estava a margem do processo à sociedade.

Apesar dos meios utilizados para propagação da educação utilizar em sua maioria espaços informais, houve o apoio das associações de bairro que ajudaram a dar um novo significado no cenário educacional e cultural do país. É importante destacar que houve também ações governamentais, como se destaca o da prefeitura do Recife em 1960, o Movimento de Cultura Popular que contou com o apoio da Igreja Católica, cujo foco principal eram os pobres.

Diante do exposto é visível que a participação popular na busca e conquista de

políticas públicas, principalmente na educação, tinham como meta ampliar a crença de resolução dos problemas brasileiros através do desenvolvimento que deveria estar entrelaçado das mudanças sociais tão desejadas pelas pessoas.

3 A CRIAÇÃO DO GINÁSIO DE BOM JARDIM E SEUS DESDOBRAMENTOS

Para Mário Souto Maior, a criação do Ginásio de Bom Jardim como “o maior e mais difícil sonho de sua vida”, pois, escreve o quão difícil foi todo o processo de criação das turmas e aplicação das aulas, também destaca que teve o apoio de outros professores, que depois de um “longo dia de trabalho” se colocavam a disposição para as aulas noturnas, no prédio emprestado pela Madre Superiora do Colégio Rural Normal Sant’Ana, responsável pela formação das professoras da cidade e região (Souto Maior, 1995, p. 125).

De acordo com a perspectiva de Benito (2017) buscamos contribuir com uma visão micro, das condições sociais que estimularam, inspirados pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos a criação do Ginásio e, conseqüentemente, a construção da história da educação na cidade de Bom Jardim – PE, mostrando-se como um capítulo importante da história da educação municipal, muito embora não tenha conseguido integrar oficialmente a C.N.E.G., ficando aos cuidados da Comissão Municipal e depois de dez anos de dificuldades, passa para a administração municipal conservando o nome de Ginásio e tornando-se, então, unidade totalmente pública para a instrução social concomitante aos interesses nacionais, e que deram a instituição possibilidade de ser a primeira escola pública municipal a oferecer este segmento de ensino, e que agregava meninos e meninas.

A partir dos dados analisados até o momento, percebe-se que a fundação do Ginásio de Bom Jardim, impulsionado pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, refletia sobre as discussões nacionais acerca das dificuldades de acesso escolar nos municípios do Brasil e, conseqüentemente, em Pernambuco, bem como as dificuldades em “resolver” o problema do analfabetismo. Os dados da pesquisa nos permitem afirmar que havia ociosidade principalmente entre os jovens do sexo masculino que após concluir o primário, não seguiam os estudos, enquanto as moças que possuíam “posses” eram encaminhadas para uma escola particular comandada por freiras e se tornariam professoras.

Na outra ponta, jovens principalmente do sexo masculino, que não possuíam condições de estudar nos grandes centros, eram sentenciados a parar os estudos gerando aglomerações nos bares, esquinas e calçadas de modo que desestimulava o interesse das moças “recém-formadas” e “bem encaminhadas na cultura” por esses rapazes que nada tinham a oferecer. Em conversa com um dos ex alunos homens que estudou durante essa época no ginásio a recordação é de resgate da autoestima, pois o mesmo relata “*Na época estudar no ginásio dava condições de namorar com as professorinhas que eram muito respeitadas na cidade, e a gente também era visto como jovem de futuro*” (SIC).

A fala desse ex-aluno, mostra que havia interesse dos jovens em estudar para elevar além da capacidade cognitiva, a possibilidade de arrumar uma companhia para a construção da vida sentimental.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Bom Jardim é uma cidade pernambucana, localizada no Agreste setentrional, que durante as primeiras décadas do século XX sinalizava ações educativas muito tímidas, ligadas basicamente com escolas mínimas/isoladas. Esse tipo de instituição geralmente era construída na zona rural, em “pedaços de terra” cedidos com o compromisso governamental de um emprego para a filha do dono da terra que tinha se “formado” na “escola das freiras”, segundo relatos orais de professores durante a pesquisa. Diante desse contexto buscou-se um melhor entendimento das informações sobre a história cultural e suas atuações no campo da História da Educação, sabendo que a escola é o instrumento pelo qual são introduzidos na sociedade as diretrizes formadoras que atendam aos interesses governamentais, lugar também dos conflitos e onde a sociedade se institucionaliza para imprimir na população suas ideologias e seus códigos.

No bojo da discussão sobre o acesso ao ensino secundário, esta pesquisa é parte integrante do processo de analisar a conquista de uma educação acessível em Bom Jardim – PE em seu contexto social ainda sobre as décadas de fundação do Ginásio. Situações como as relatadas anteriormente foram usadas pelos irmãos Mario Souto Maior e Moacir Breno Souto Maior na busca de apoio para a criação do Ginásio. É perceptível na carta emitida por Mário Souto Maior, (encontrada nos arquivos da escola campo de pesquisa), o registro de situações da época que refletem explicitamente a ausência de políticas educacionais para esses jovens, como lidavam com os estudos e também os critérios utilizados para a fundação das escolas, além da esperança de criação do ginásio como possibilidade de transformação de vida pela educação.

Ainda sobre o contexto expresso na carta encontrada no arquivo da escola campo de estudo, é interessante destacar os aspectos patriarcais na época de sua emissão, e a preocupação por parte dos professores em manter o extrato social até então construído vale destacar um fragmento que valida nossa discussão sobre práticas sociais que eram reproduzidos pela escola de forma que mantinha estratificada as relações sociais a saber:

“Aqui é que vai começar a nossa “choradeira”...

Acontece que as moças da terra estão estudando, ficando “sabidas” e os rapazes pobres, não tendo onde estudar, estão sofrendo de um complexo de inferioridade que está provocando um desequilíbrio na vida sentimental da cidade. A professorinha, depois de sua formatura, depois de bem encaminhada na estrada da cultura [...] não queira casar com os rapazes da terra, sem instrução. Cabe justamente ao homem o papel de chefe de família.

Vemos pelas ruas da cidade, dezenas de rapazes pobres que não podendo economicamente frequentar os colégios da capital, ficam perambulando, enchendo a rua de pernas, nas casas de taboagem, enquanto não arranjam um empreguinho que será sua sepultura.

Fonte: Arquivo Escolar, 2020

Diante do exposto observa-se que a ausência de um ginásio, que favorecesse aos mais pobres, gerava preocupação não apenas pela descontinuidade dos estudos, questões sentimentais e de auto estima estavam em grau de importância superior até mesmo sobre os problemas econômicos que acarretam a baixa escolaridade.

4 CONCLUSÃO

A criação do Ginásio de Bom Jardim inicia um novo ciclo da história da educação local, pois, até então, a cidade contava apenas com escolas primárias, quase que na totalidade localizadas na zona rural com as escolas isoladas/mínimas, formadas quase em sua totalidade por professoras “leigas”, cujo critério para o ensino era saber ler, escrever e contar de forma básica, sendo também em sua maioria filhas dos donos das terras que eram cedidas para a construção dessas escolas, e na sede do município possuía um grupo escolar implementado pelo governo do estado, segundo relatos, após um grupo de professoras recém formadas procurarem o governador para que abrisse essa escola de modo a facilitar o acesso a educação e ao emprego, mas o grupo escolar oferecia o ensino primário. Em Pernambuco, os grupos escolares foram criados pela lei 1140 de junho de 1911 com a estrutura do ensino organizada por series graduadas. Trata-se do modelo ideal de escola republicana. (Arantes, 2018, livro da tese)

Apesar do Ginásio ter sido de iniciativa particular, buscava apoio financeiro de diversas formas para proporcionar a maior quantidade possível de vagas para os jovens que não tinham condições de ir cursar o ginásial nos grandes centros.

Assim, vale afirmar que o Ginásio de Bom Jardim, diante desse contexto, desempenhou uma função que perpassou do campo educacional indo também para o campo social, estimulando que os jovens do sexo masculino, tivessem condições intelectuais compatíveis com as moças que estudavam no Colégio Rural Normal Santana.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Adlene Silva. **Educar para regenerar a raça: processos de racialização dos alunos das escolas primárias de Pernambuco (1911-1945)**. Recife: EDUPE, 2018

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: autores associados, 2001. V. 56. (Coleção Polemicas do Nosso Tempo)

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BARROSO FILHO, G. **Memórias escolares do Recife: o ginásio pernambucano nos anos de 1950**. Recife: Livro Rápido, 2008.

BENITO, Augustín Escolano. **A escola como Cultura: Experiência, Memória e arqueologia**. – Campinas, SP: Editora Alínea. 2017

FRAIZ , P. : **“Arquivos Pessoais e Projetos Autobiográficos : O Arquivo Gustavo Capanema”** IN: GOMES, A . C. (org)): “Capanema: o Ministro e seu Ministério”. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 2000.

GOMES, Felipe Tiago. **A história da CNEG**. Rio de Janeiro, RJ: 29 de julho publicações, 1965.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 07-28, Dez/1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> . acesso em: 30 de junho de 2020

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da Guerra Fria – O anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945 – 1964)**. Porto Alegre. EDUFRGS, 2007.

SELLARO, L. R. A. S. **Educação e modernidade em Pernambuco: inovações no ensino público (1920/1937)**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

SOUTO MAIOR, Mario. **As dobras do Tempo – Quase Memórias**. Recife. 20-20 Comunicação e Editora. 1995.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX**. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.